

**LEONARDO MATSUNO DA FROTA**

**DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE E POLIARQUIA: O CASO DA  
DEMOCRATIZAÇÃO TUNISIANA DE 2011**

Monografia apresentada como quesito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas do curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>.Dayani Cris de Aquino.

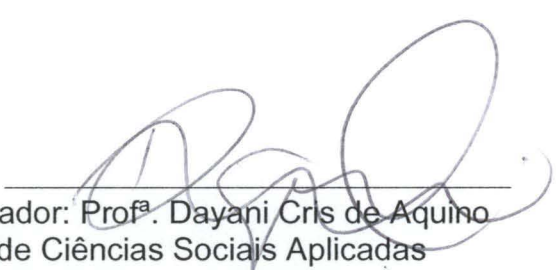
**CURITIBA  
2013**

## TERMO DE APROVAÇÃO


LEONARDO MATSUNO DA FROTA

DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE E POLIARQUIA: O CASO DA  
DEMOCRATIZAÇÃO TUNISIANA DE 2011

Trabalho de Fim de Curso aprovado como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:



Orientador: Profª. Dayani Cris de Aquino  
Setor de Ciências Sociais Aplicadas  
Universidade Federal do Paraná



Profª. Denise Maia  
Setor de Ciências Sociais Aplicadas  
Universidade Federal do Paraná



Prof. IGOR Z. C. C. LEAO  
Setor de Ciências Sociais Aplicadas  
Universidade Federal do Paraná

**Curitiba, dia 21 de março de 2013**

"Where the mind is without fear  
and the head is held high;  
Where knowledge is free;  
Where the world has not been  
broken up into fragments  
by narrow domestic walls; ...  
Where the clear stream of reason  
has not lost its way into the  
dreary desert sand of dead habit; ...  
Into that heaven of freedom,  
my Father, let my country awake.

Rabindranath Tagore, Gitanjali

## RESUMO

O presente artigo analisa o histórico de desenvolvimento que precede a democratização tunisiana de 2011. Utilizando-se da teoria de desenvolvimento como liberdade de Amartya Sen e a da poliarquia de Robert Dahl, tentou-se demonstrar que um padrão de desenvolvimento que expanda o conjunto de capacidades dos indivíduos favorece o surgimento de uma poliarquia. Sem o desenvolvimento das últimas décadas, o regime de Ben Ali seria muito mais resiliente.

Palavras-chave: Poliarquia; Robert Dahl; Amartya Sen; Liberdade; Desenvolvimento; Transição de Regime; Primavera Árabe; Tunisia

## **ABSTRACT**

This paper analyzes the Tunisian development history prior to the country democratization in 2011. Using Amartya Sen's development as freedom and Robert Dahl's Polyarchy theories, it was intended to demonstrate that a pattern of development that increases person's capability set favors the arising of a polyarchy. The main conclusion is that without past decades development, Ben Ali's regime would be much more resilient.

**Keywords:** Polyarchy, Robert Dahl, Amartya Sen; Freedom; Development ; Regime transition; Arab Spring; Tunisia

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Série Histórica do Preço dos Alimentos .....	26
Gráfico 2: Série Histórica De Inflação Na Tunísia .....	27
Gráfico 3: Série Histórica Da Taxa De Desemprego Na Tunísia .....	28
Gráfico 4: IDH Por Grupo De Países .....	29
Gráfico 5: Expectativa De Vida .....	31
Gráfico 6: Expectativa De Vida Por Gênero .....	32
Gráfico 7: Taxa De Mortalidade Infantil .....	33
Gráfico 8: Matrícula Escolar .....	34
Gráfico 9: Proporção Entre Homens E Mulheres Nas Matrículas Escolares ..	35
Gráfico 10: Acesso A Internet .....	36

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>2. DESENVOLVIMENTO COMO EXPANSÃO DAS CAPACIDADES .....</b>	<b>10</b>
<b>2.1 A NOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO .....</b>	<b>10</b>
2.1.1 FUNCIONAMENTOS E CAPACIDADES .....	11
2.1.2 POBREZAS E CAPACIDADES BASICAS.....	12
2.1.3 RANKING DE CAPACIDADES E DEMOCRACIA.....	13
<b>2.2 A POLIARQUIA .....</b>	<b>14</b>
2.2.1 POLIARQUIA: PARTICIPAÇÃO E OPOSIÇÃO .....	15
2.2.2 HIPÓTESES E AXIOMAS .....	16
<b>3. DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE, DEMOCRACIA E POLIARQUIA...18</b>	
3.1 DEMOCRACIA COMO DISCUSSÃO PÚBLICA .....	18
3.2 INTERSEÇÃO ENTRE POLIARQUIA E DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE .....	20
3.3 DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE FAVORECE A POLIARQUIA?..21	
3.4 Hipóteses .....	23
<b>4. A REVOLUÇÃO DE JASMIN: DEMOCRATIZAÇÃO TUNISIANA .....</b>	<b>26</b>
<b>4.1 HISTÓRICO DE DESENVOLVIMENTO .....</b>	<b>29</b>
4.1.1 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO .....	29
4.1.2 SAÚDE .....	31
4.1.3 EDUCAÇÃO .....	33
4.1.4 Comunicação .....	35
<b>4.2 HISTÓRICO DE DESENVOLVIMENTO E ORDEM SOCIAL PLURALISTA.36</b>	
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>38</b>
<b>6. REFERENCIAS .....</b>	<b>40</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A partir de janeiro de 2011, iniciaram-se levantes populares que afetaram quase a totalidade dos países do mundo árabe, a chamada “Primavera Árabe”. As reivindicações dos manifestantes eram, principalmente, no sentido de ampliar suas liberdades e seus direitos econômicos, sociais, culturais e políticos. As insurreições culminaram, até o presente momento, na deposição dos regimes autoritários na Tunísia, no Egito e na Líbia.

Um fenômeno tão complexo como a “Primavera Árabe” abarca, necessariamente, muitas dimensões. O presente estudo, no entanto, está interessado em analisar apenas uma delas, a saber, a relação entre democratização e desenvolvimento. Para tanto, se utilizará de duas teorias: a de desenvolvimento como expansão das capacidades de Amartya Sen e a teoria revisionista da democracia de Robert Dahl, a Poliarquia.

Sendo assim, o presente artigo tem como objetivo analisar a relevância do processo de desenvolvimento, como entendido por Amartya Sen, entre 1970 e 2011, na transição de regime político da Tunísia, a luz da teoria democrática de R. Dahl.

A primeira e a segunda seção fazem respectivamente uma breve revisão da teoria de A. Sen e de R. Dahl; a terceira estabelece pontos de congruência entre elas e lança a hipótese de que o desenvolvimento como liberdade favorece a poliarquia; finalmente, a quarta seção analisa a democratização tunisiana de 2011 com o intuito de testar as hipóteses lançadas.

## 2 DESENVOLVIMENTO COMO EXPANSÃO DAS CAPACIDADES

As subseções a seguir esboçaram uma breve revisão teórica a respeito da teoria de desenvolvimento como expansão de capacidades de Amartya Sen. Demonstrando a noção de desenvolvimento, o que são capacidades e funcionamentos e como elas se relacionam a pobreza e a democracia.

### 2.1 A NOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO

A literatura a respeito do tema “democracia e desenvolvimento” tendeu a associar o desenvolvimento a acréscimos na renda ou a industrialização<sup>1</sup> [(Lipset, 1959); (Przeworski, 2006)]. A visão de desenvolvimento que o presente artigo utilizará é distinta e segue as contribuições de Amartya Sen. Em um sentido amplo: “o aprimoramento das condições de vida deve ser um objeto essencial, se não o mais essencial, da atividade econômica” (SEN, 1988,p.11).Nesse contexto, a avaliação das condições de vida da população exclusivamente através do crescimento do PIB enfrenta duas limitações.

Em primeiro lugar, a utilização do PIB como medida do bem estar tem sua origem na tradição utilitarista da ciência econômica, que avalia situações distintas através do critério do ótimo de Pareto: uma situação x só é preferível a uma y se todos os envolvidos possuírem uma utilidade maior em x (ou se um individuo possuir uma utilidade maior enquanto os outros permanecerem com suas utilidades inalteradas). A eficiência de Pareto, no entanto, é insensível à distribuição do total de utilidades e leva em consideração variáveis importantes como direitos e liberdades apenas através do seu efeito indireto sobre o nível de utilidade. (SEN, 1995) O Produto Interno Bruto, a soma de todos os bens e serviços produzidos numa economia, num determinado período de tempo, é utilizado porque é visto como uma boa proxy para a soma total das utilidades das pessoas (ROBEYNS, 2005). Dessa maneira, o PIB sofre das mesmas limitações informacionais que o critério do ótimo

---

<sup>1</sup> Existem pesquisas que contrariam essa tendência, notadamente, Larry Diamond,1992.

de Pareto: a insensibilidade a considerações sobre igualdade e ao valor intrínseco de variáveis importantes como direitos e liberdades.

Em segundo lugar, para Amartya Sen, avaliar o nível de desenvolvimento de uma nação apenas pelo crescimento do PIB é incorrer no erro de confundir meios e fins<sup>2</sup>: ele mede apenas a quantidade de meios (mercadorias) que podem ser utilizados para se atingir o bem estar, não o nível de bem estar em si.

A predominância da identificação de desenvolvimento como acréscimos na renda, ou em uma cesta de mercadorias, parte da premissa de que existe uma conversão direta entre renda (mercadorias) e bem estar<sup>3</sup>. Um recente trabalho realizado pelo relatório de desenvolvimento humano das Nações Unidas enfraquece essa hipótese<sup>4</sup>. Analisando as estatísticas de cento e vinte países durante o período de 1970 até 2010, os pesquisadores encontraram uma correlação fraca e estatisticamente insignificante entre as mudanças nos componentes de educação e saúde que compõem o Índice de Desenvolvimento Humano – medida mais comum de bem estar - e o crescimento econômico<sup>5</sup>.

O desenvolvimento como expansão das capacidades, teoria de desenvolvimento econômico de Sen, é uma tentativa de superar as limitações dos critérios tradicionais de avaliação do desenvolvimento – PIB, industrialização, nível de utilidade – ao focar diretamente na melhora das condições de vida dos indivíduos.

### 2.1.1 FUNCIONAMENTOS E CAPACIDADES

---

<sup>2</sup>A avaliação do nível de desenvolvimento através da industrialização também incorre no mesmo erro, porque a transformação estrutural da economia auxilia o nível de bem estar apenas indiretamente.

<sup>3</sup> Por exemplo, Lipset argumenta: “*todos os vários aspectos do desenvolvimento econômico – industrialização, urbanização, riqueza e educação – são de tal maneira inter-relacionados de modo a formar um grande fator que tem a democracia como um correlato político*”. (Lipset, 1959.p.)

<sup>4</sup> Relatório de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas, 2010.

<sup>5</sup> Outro trabalho com resultados semelhantes é Easterly, 1999.

Amartya Sen propõe que a vida humana seja vista como um conjunto de funcionamentos. Os funcionamentos são um conjunto de ações e estados - “doings and beings” - necessários para uma vida em sociedade, como por exemplo: estar bem alimentado, estar saudável, estar empregado, ser capaz de se comunicar, ser capaz de expressar livremente suas vontades, para citar alguns. No entanto, o conjunto de funcionamentos em si não é suficiente para se avaliar o nível de bem estar. É necessária a inclusão do conceito de conjunto das capacidades do indivíduo, que descreve o conjunto de funcionamentos possíveis a ele (CLARK, 2005). Nas palavras de Amartya Sen, a “abordagem das capacidades”: “enxerga a vida humana como um conjunto de “doings and beings” – podemos chamá-los de funcionamentos – e relaciona à avaliação da qualidade de vida a análise da capacidade para funcionar.” (SEN, 1989, p.3).

Enquanto a combinação de funcionamentos representa as conquistas do indivíduo, – o efetivamente realizado – o conjunto das capacidades reflete a liberdade de conquistar as diferentes combinações de funcionamentos que estão disponíveis a sua escolha (SEN, 1997). Em termos menos formais: reflete a liberdade de um indivíduo em escolher entre diferentes modos de vida (SEN, 1989). Por exemplo, a oportunidade de participar da vida em comunidade e de expressar suas opiniões livremente são funcionamentos importantes; mas a decisão do indivíduo de se abster do convívio social e viver como um hermitão deve permanecer como uma opção legítima (ROBEYNS, 2005). O desenvolvimento, portanto, deve ser visto como um processo que tem como objetivo permitir aos indivíduos que tenham a liberdade, representada pelo conjunto de capacidades, de viver a vida que desejam. Por isso, Sen denominou sua teoria de desenvolvimento como liberdade (SEN, 1999).

### 2.1.2 POBREZA E CAPACIDADES BÁSICAS

No contexto do desenvolvimento como liberdade, a pobreza deve ser vista como um estado de privação de capacidades; ao invés do critério tradicional de demarcar uma fronteira de renda, uma linha de pobreza, e classificar como pobres

os indivíduos abaixo dela. O caráter instrumental da renda é insuficiente para abarcar a extensão das privações de liberdade que caracterizam a real situação dos pobres. Em seu lugar, Sen propõe o conceito de capacidades básicas: “um subconjunto de todas as capacidades, elas referem-se à liberdade de fazer algumas coisas básicas que são necessárias para escapar da pobreza” (ROBEYNS, 2005, p.101). Por exemplo, escapar de condições como a mortalidade prematura, o analfabetismo, a má-nutrição, o desemprego e a baixa expectativa de vida também são requisitos importantes para se evitar a pobreza. O processo de desenvolvimento, portanto, é inseparável da tentativa de superação dessas formas de ausência de liberdade (SEN,1999). No entanto, a heterogeneidade dos funcionamentos necessários para se evitar a pobreza, em particular, e para ampliar o nível de desenvolvimento, em geral, cria a necessidade da elaboração de um ranking de prioridades entre os funcionamentos desejados, especialmente num mundo de recursos escassos.

### 2.1.3 RANKING DE CAPACIDADES E DEMOCRACIA

A questão de determinar qual conjunto de capacidades é mais relevante não é, para Sen, uma decisão a priori dos teóricos, mas sim uma tarefa do processo democrático (ROBEYNS, 2005). A avaliação dos pesos das diferentes capacidades, com relação aos diversos objetivos sociais do desenvolvimento – erradicação da pobreza, por exemplo - passa necessariamente pela discussão e pelo debate público. Um ranking de capacidades universal, com pesos e prioridades pré-definidos, muito provavelmente seria impreciso, pois não levaria em consideração a heterogeneidade dos contextos sociais, culturais e econômicos em que ele seria utilizado. Por exemplo, o empowerment feminino em sociedades tradicionais islâmicas não tem uma solução pronta, muito menos universal, mas requer uma discussão pública, com a necessária participação das pessoas dessa sociedade na decisão de que caminho seguir: não é uma questão decidida a priori por guardiões da tradição ou por modernistas (SEN,1999). O argumento é importante e pede uma citação mais extensa do autor:

“Uma tentativa de sufocar a liberdade de participar, com a justificativa de seguir valores tradicionais, (como o fundamentalismo religioso ou como os costumes

políticos) simplesmente negligencia a questão da legitimidade e da necessidade das pessoas afetadas em participar da decisão do que elas desejam e do que elas têm razão para aceitar.” (SEN,1999,p.32)

O debate público é, portanto, central na avaliação do desenvolvimento; sua relevância, contudo, transcende essa questão, pois é necessário, no contexto do presente trabalho, analisar qual é o papel da discussão pública no estudo da democracia e das democratizações. A participação das pessoas na decisão do que elas desejam é, segundo Robert Dahl, um componente importante do processo democrático; de fato, é um dos fatores que permitem a transformação de um regime autoritário numa poliarquia.

## **2.2 A POLIARQUIA**

Robert Dahl inicia a discussão do livro, Poliarquia, afirmando que a questão central é determinar quais condições, favorecem ou não, a transformação de um regime não-inclusivo em um inclusivo. Ou seja, um que permita aos opositores do governo se organizar, aberta e legalmente, de modo a opor o governo em eleições livres e justas (DAHL,1971).O desenvolvimento de um sistema político que permita a contestação é um aspecto importante da democracia, mas não abarca todas as suas dimensões. Deste modo, é relevante em primeiro lugar, demonstrar a distinção que Robert Dahl estabelece entre democracia e Poliarquia.

Democracia é “um sistema político em que uma de suas características é ser inteira ou quase inteiramente responsivo a todos seus cidadãos.” (DAHL, 1971,p.2). Se tal sistema de fato existe, para o autor, não é relevante; já que o conceito de democracia serve como um “sistema hipotético, um estado limítrofe, um fim de uma escala e, como tal, pode servir como base para estimar o grau a qual, vários sistemas se aproximam desse limite teórico”. (DAHL,1971,p.2). Dentro dessa lógica, podem-se estabelecer certas fronteiras mínimas de conquistas democráticas relevantes. Organizações sociais acima dessas fronteiras são chamadas por Dahl de poliarquias (KROUSE,1982)

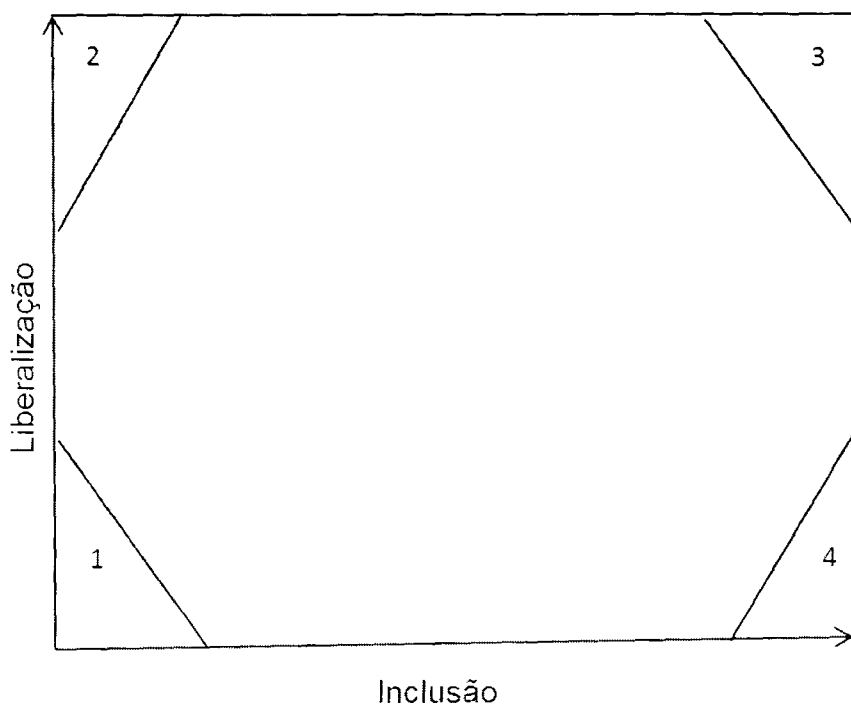
## 2.2.1 POLIARQUIA: PARTICIPAÇÃO E OPOSIÇÃO

A estrutura teórica da poliarquia tem o intuito de servir como referência para se avaliar o fenômeno da democratização, em um caráter mais específico: o da criação de um sistema de contestação pública. Esse sistema, para o autor, pode ser interpretado satisfatoriamente como constituído de duas dimensões.

“1) Regimes variam na extensão em que garantias institucionais estão a disposição e garantidas, pelo menos, a alguns membros do sistema político que desejam contestar a conduta do governo. 2) Regimes também variam na proporção da população intitulada a participar no controle e na contestação da conduta do governo” (DAHL,1971,p.4).

Ambas as dimensões podem ser analisadas como escalas, pois desta forma, pode-se estabelecer as fronteiras pelas quais as organizações sociais podem ser avaliadas. A figura 1 demonstra a relação estabelecida por Dahl:

FIGURA 1 – DUAS DIMENSÕES TEÓRICAS DE DEMOCRATIZAÇÃO (adaptado DAHL,1971,p.7)



Da análise do gráfico acima, o autor, então, estabelece uma tipologia contendo quatro regimes: hegemonias fechadas – região um; oligarquias competitivas (alto grau de contestação, mas pouca inclusão) – região dois; hegemonias inclusivas (alto grau de participação, mas pouca contestação) – região três; e por fim, na região quatro, poliarquias, que na definição do autor são “regimes que foram substancialmente popularizados e liberalizados, ou seja, são altamente inclusivos e extensivamente abertos a contestação pública” (DAHL,1971,p.8). Nota-se que a tipologia qualifica os regimes em tipos extremos, embora a maioria deles encontra-se em algum lugar na região central do gráfico.

## 2.2.2 HIPÓTESES E AXIOMAS

A transição de regimes hegemônicos e oligarquias competitivas para poliarquias acarreta mudanças no arranjo de forças entre governo e oposição através da incorporação dos interesses e preferências de novos grupos e indivíduos, que tem a oportunidade de contestar e participar das decisões políticas. Essas transformações geram fontes de tensão e conflito entre o governo e os postulantes ao poder e, portanto, quanto maior o conflito, mais provável será que cada grupo tente negar a oportunidade do outro em participar do processo decisório (DAHL,1971).Segundo essa relação, o governo deve considerar os custos de supressão e de tolerância com relação a oposição. No axioma do autor: “Quanto mais os custos de supressão excedem os custos de tolerância, maior a chance de um regime competitivo” (DAHL,1971,p.15).

A pergunta central, portanto, seria: “Quais circunstâncias aumentam significativamente a segurança mutua de governo e oposição e, portanto aumentam as chances de contestação pública e poliarquia”?(DAHL,1971,p.16).Orientado por essa pergunta, Dahl elenca sete pontos que, em sua visão, influenciam o surgimento de poliarquias, são eles: (i) as sequências históricas; (ii) a ordem socioeconômica com relação a sua concentração e dispersão; (iii) a ordem socioeconômica com relação ao nível de desenvolvimento; (iv) as igualdades e desigualdades; (v) a presença de subculturas e padrões de conflito dentro de uma nação; (vi) as crenças dos ativistas políticos; e, finalmente (vii) o grau de controle estrangeiro.

Os tópicos relacionados a ordem socioeconômica são os mais importantes para o presente trabalho e serão analisados na próxima seção, a luz da teoria de desenvolvimento de A. Sen. Os outros pontos serão explicados com mais detalhe, no contexto da democratização tunisiana, na conclusão.

### 3 DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE, DEMOCRACIA E POLIARQUIA

Uma relação importante entre a democracia e o desenvolvimento como liberdade é a intersecção teórica entre os dois conceitos. A democracia é um funcionamento importante – tem valor em si mesmo - e, portanto, tem razão para estar incluída no conjunto de capacidades dos indivíduos. Dessa maneira, a expansão plena das liberdades reais dos indivíduos passa necessariamente pela expansão da democracia. Existe então, uma congruência, um ponto de encontro, entre as noções de democracia e desenvolvimento.

No entanto, da conclusão acima, não se pode inferir que de fato exista uma congruência entre o desenvolvimento como liberdade e a poliarquia sem antes demonstrar com detalhe as diferenças entre o conceito de democracia para Amartya Sen e o de poliarquia para Robert Dahl.

#### 3.1 DEMOCRACIA COMO DISCUSSÃO PÚBLICA

Democracia, para A. Sen, não se restringe ao “governo da maioria” ou a eleições com voto livre e secreto; trata-se de um conceito mais amplo sintetizado por James Buchanan (1954) como “governo através da discussão”. Ele inclui, é claro, a oportunidade de votar, mas principalmente a “oportunidade dos cidadãos em participar de discussões políticas e então de estar em uma posição de influenciar a escolha pública”. (SEN,2006,p.29). Essa posição está fundamentada na premissa de que o “processo de tomada de decisão através da discussão pública pode aperfeiçoar a informação a respeito da sociedade e das prioridades individuais, e essas prioridades podem responder a deliberação pública”. (SEN,2006,p.29). Para tanto, é necessário que direitos e liberdades garantam o respeito ao pluralismo, pois a ausência da diversidade de opiniões e de doutrinas está associada com o autoritarismo<sup>6</sup>. De fato, a ocorrência de eleições com voto secreto não é suficiente

---

<sup>6</sup> Adam Przerwoski(2003) demonstra essa noção: “O autoritarismo é uma combinação de duas crenças: algo é bom para todos (uma nação, um corpo, um espírito) e alguém sabe o que é (um líder). Sobre o autoritarismo, não há espaço para a escolha”.

para se demonstrar o caráter democrático do regime se, por exemplo, a oposição não tem espaço para demonstrar sua plataforma, como é ilustrado pelas vitórias eleitorais dos regimes autoritários na União Soviética de Stalin ou no Iraque de Saddam Hussein (SEN,2006).

No contexto mais amplo de exercício de “public reasoning”, A. Sen identifica três virtudes da democracia: o seu valor intrínseco; a sua importância instrumental; e o seu papel construtivo. Em primeiro lugar, como vimos, a democracia é um funcionamento relevante: não poder participar da vida social e política constitui-se numa privação que deve ser superada. Em segundo lugar, o ambiente democrático é mais sensível a preocupações externadas pela população do que o ambiente autoritário<sup>7</sup>. As liberdades políticas permitem que os indivíduos expressem suas preferências a respeito das decisões coletivas e demandem do poder público atenção com respeito as suas preocupações. Nas palavras do autor: “na democracia as pessoas tendem a conseguir o que querem, mas, o que é mais importante, elas não conseguem o que não querem” (Sen, 1999,p.). A instrumentalidade da democracia é especialmente relevante na indução de respostas a “catástrofes econômicas” – como, por exemplo, a prevenção de epidemias de fome<sup>8</sup>; o aspecto dramático desses eventos é facilmente apropriado pelos grupos de oposição e extensamente noticiado pela imprensa, o que aumenta substancialmente a probabilidade do governo agir para prevenir a ocorrência de situações dessa natureza. É, portanto, a estrutura de incentivos políticos que confere a democracia seu caráter instrumental. Finalmente, a prática das discussões públicas, através do intercâmbio de ideias, exerce um papel construtivo na formação de valores, normas e prioridades que são essenciais para a compreensão e conceituação do que são

---

<sup>7</sup> Essa afirmação é controversa na ciência política. Por exemplo, Mosca é um dos autores mais céticos a respeito das supostas diferenças entre regimes autoritários e democráticos, posto que ambos são governados e atendem aos interesses de uma pequena elite.

<sup>8</sup> Nesse contexto, é interessante notar que nunca existiu nenhuma epidemia de fome em um país “independente, com eleições regulares, com partidos de oposição e com imprensa livre de censura para criticar a postura do governo” (Sen,1999,p.153). Poderia se contra-argumentar dizendo que em geral países democráticos são países com um bom nível de renda e, portanto, a alta renda seria o motivo para a ausência dessas calamidades. No entanto, países democráticos extremamente pobres como a Índia pós-independência, o Botsuana e o Zimbábue nunca passaram por essa situação e a ação pública teve papel preponderante nesse sentido ( SEN,1999).

necessidades econômicas. O processo democrático, portanto, além de ser o responsável pela elaboração de uma lista de prioridades para as capacidades básicas, tem influência substancial na decisão de que variáveis serão incluídas no próprio conjunto de capacidades dos indivíduos. É o caráter educativo da democracia, ressaltado por autores como John Stuart Mill (SEN, 1999).

### 3.2 INTERSEÇÃO ENTRE POLIARQUIA E DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE

É com relação ao quadro conceitual estabelecido por Sen de virtudes ou funções da democracia, que se estabelece de maneira mais ilustrativa os pontos de congruência entre a poliarquia e o desenvolvimento como liberdade. A definição de democracia de R. Dahl, que é o limite pelo qual se avalia a poliarquia, é instrumental: “um sistema político em que uma de suas características é ser inteira ou quase inteiramente responsivo a seus cidadãos”. Então, a medida que um determinado regime político se aproxima da poliarquia, ou seja, a medida que ele ultrapassa certas fronteiras de conquistas democráticas, ele se torna mais responsivo a seus cidadãos: as preferências dos indivíduos passam a ser levadas em consideração pelo poder público. Portanto, se, por um lado, o desenvolvimento é o processo de permitir às pessoas a liberdade de viver a vida que escolhem ou desejam e, por outro, a transformação de uma hegemonia para uma poliarquia aumenta a influência dos indivíduos na escolha do formato da sociedade, uma parcela importante da vida das pessoas, pode-se dizer que a transição para a poliarquia é uma forma de desenvolvimento. Porque, assim como o regime ideal, o democrático, a poliarquia, pela lógica acima, é parte integrante do conjunto de capacidades dos indivíduos e, portanto, tem relevância intrínseca na noção de desenvolvimento como liberdade; ainda que, para R. Dahl, ela tenha apenas relevância instrumental e educativa para os indivíduos.

Se a poliarquia é parte constitutiva do conjunto de capacidades dos indivíduos, então a transição de uma hegemonia fechada para uma poliarquia na Tunísia representou para os cidadãos tunisianos uma mudança positiva no seu nível

de desenvolvimento e, portanto, de bem-estar. Os funcionamentos relacionados a liberdades políticas que antes eram privados dos cidadãos pelo regime de Zine El Abidine Ben Ali, agora estão disponíveis por causa da democratização, restando aos indivíduos à escolha de usufruí-los ou não<sup>9</sup>. A revolução de jasmin, portanto, foi um movimento na direção do objetivo central do exercício do desenvolvimento: o aumento das liberdades reais dos indivíduos.

### 3.3 O DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE FAVORECE A POLIARQUIA?

Encarar a transição democrática tunisiana como uma mudança positiva no bem estar dos indivíduos é uma conclusão normativa que decorre da teoria que esta sendo utilizada. A questão mais importante para o presente trabalho, no entanto, é se um histórico de desenvolvimento que compartilhe de algumas características do desenvolvimento como liberdade favorece a poliarquia. Para tanto, é necessário demonstrar qual é a relação que R. Dahl estabelece entre a ordem socioeconômica e a poliarquia e analisar qual é o papel do desenvolvimento nesse quadro.

Existem três condições que tornam um ambiente socioeconômico favorável a criação de um sistema de contestação pública e portanto de uma poliarquia. Nas palavras do autor:

As chances de que um governo ira desenvolver e manter um regime político competitivo depende do grau em que a sociedade e a economia do país: a) fornecem alfabetização, educação e comunicação; b) criam uma ordem social pluralista ao invés de centralizada; c) previnem desigualdades extremas entre os estratos politicamente relevantes ( DAHL,1971,p.74)

---

<sup>9</sup> Nesse contexto, é relevante notar que a eficiência das liberdades políticas esta condicionada ao seu exercício pelos cidadãos. Os possíveis benefícios do ambiente democrático só serão de fato concretizados se os indivíduos tomarem proveito da oportunidade que lhes é oferecida e praticarem a democracia. Por exemplo, a alta taxa de mortalidade de afro-americanos nos Estados Unidos, proveniente de um mau acesso a saúde e de um ambiente social violento, não pode ser dissociada da baixa participação desse grupo em eleições (Sen,1999).

É importante analisar com detalhe as três condições acima. Em primeiro lugar, ordem social pluralista é parte integrante de uma tipologia que se refere a concentração e dispersão de recursos num determinado ambiente socioeconômico. No contexto da criação de um sistema de segurança mútua entre governo e oposição, destacam-se dois tipos de recursos: i) meios violentos de coerção e persuasão – utilizados pelas forças policiaes e pelo exército – e ii) meios não violentos de coerção e persuasão – sanções socioeconômicas – na forma de controle sobre recursos econômicos, meios de comunicação, processos educacionais e de socialização política. A probabilidade do surgimento de uma poliarquia depende do controle governamental dos recursos acima com relação a oposição. No axioma do autor:

Axioma 4: A probabilidade de que um governo irá tolerar a oposição aumenta a medida que os recursos disponíveis a supressão diminuem relativamente aos recursos da oposição. Axioma 5: A probabilidade de que um governo ira tolerar a oposição aumenta com a redução da capacidade governamental de usar a violencia e as sanções socioeconomicas para suprimir a oposição.(DAHL,1971 p.)

A concentração de meios de coerção violentos e não violentos nas mãos do governo é, portanto, desfavorável ao aparecimento de uma poliarquia. Um ambiente socioeconomico desse tipo, em que o acesso a sancões e a violencia é monopolizado, é o que Dahl chama de ordem social centralizada. Uma ordem social pluralista, ao contrário, se caracteriza pela dispersão do acesso a sanções socioeconômicas e a violência – principalmente através da despolitização da força militar e policial - e conseqüentemente é mais favorável ao surgimento de uma poliarquia.

Em segundo lugar, para Dahl, igualdades e desigualdades numa sociedade afetam as chances para um sistema de contestação pública por dois conjuntos de variáveis, principalmente: i) a distribuição de recursos e habilidades políticas e ; ii) a criação de ressentimento e frustração. A alocação de recursos da sociedade – renda, conhecimento técnico e educação, por exemplo – possibilita que

determinados atores possam usufruir desses recursos para influenciar o comportamento de outros autores. Dessa maneira, os recursos tornam-se políticos. Assim, o autor estabelece que um país com desigualdades extremas nos recursos políticos sustenta uma alta probabilidade de possuir desigualdades no exercício de poder. Conseqüentemente, aumentando as chances do estabelecimento de uma hegemonia e reduzindo as de uma poliarquia. Além disso, a distribuição desigual de recursos políticos provavelmente enseja ressentimentos e frustrações que enfraquecem a aliança ao regime dos estratos sociais desprivilegiados. No entanto, devido a persistência de desigualdades substanciais em regimes poliarquicos – como nos EUA e no Brasil, por exemplo – é necessário notar que o caminho entre a existência de desigualdades objetivas e as demandas por maior igualdade é para Dahl dependente de cinco condições: 1) a percepção dos grupos em desvantagem da sua condição desigual objetiva; 2) o julgamento da relevância desse fato para sua condição; 3) a percepção da ilegitimidade da situação ; 4) o aparecimento de raiva, frustração ou ressentimento ; 5) o surgimento de demandas por maior igualdade.

Finalmente, Dahl não demonstra de maneira clara porque o fornecimento de educação, alfabetização e comunicação favorece a poliarquia. No entanto, ao se analisar o contexto da obra de Dahl, a explicação não é muito distinta da ensejada por S. M. Lipset:

A educação presumidamente amplia as perspectivas dos indivíduos, permite que eles entendam a necessidade de normas de tolerância, inibe-os de aderirem a doutrinas extremistas e monistas e aumenta a capacidade deles de fazerem escolhas eleitorais racionais. (LIPSET, 1959,p.78)

A educação, portanto, em conjunto com a livre disseminação de informação através dos vários mecanismos de comunicação, auxilia na criação de um ambiente social que permite o exercício de atividades essenciais para o regime democrático.

### 3.4 HIPÓTESES

Teoricamente, para que a hipótese central do presente artigo tenha sentido, ou seja, para que o desenvolvimento como liberdade favoreça a poliarquia, é necessário que um determinado histórico de desenvolvimento dotado das

características essenciais da perspectiva das capacidades – o aumento das liberdades reais dos indivíduos – engendre uma ordem socioeconômica que favoreça a poliarquia. Nesse contexto, então, as condições para a ordem socioeconômica favorecer a poliarquia, lançadas por Dahl e demonstradas na seção anterior, servem como referência para se estabelecer as hipóteses a serem testadas na democratização tunisiana.

A primeira hipótese, a ser demonstrada a seguir, é praticamente uma extensão da condição relacionada a educação e comunicação de Dahl; com a assunção adicional que para desempenhar as atividades relacionadas a educação se faz necessário que os indivíduos estejam saudáveis e bem alimentados. Assim:

1a Hipótese) Um determinado histórico de desenvolvimento, no termos estabelecidos pela teoria de desenvolvimento como liberdade de Sen, engendra uma ordem socioeconômica favorável a poliarquia se expandir o conjunto de capacidades dos indivíduos com relação aos funcionamentos de educação, comunicação, saúde e prevenção de fome.

A segunda hipótese, por sua vez, está relacionada com o papel do histórico de desenvolvimento na criação de uma ordem social pluralista. Assim:

2a Hipótese) Um determinado histórico de desenvolvimento, nos termos estabelecidos pela teoria de desenvolvimento como liberdade de Sen, engendra uma ordem socioeconômica favorável a poliarquia se dispersar a posse dos meios não violentos de persuasão – sanções socioeconômicas.

O desenvolvimento como expansão de capacidades, portanto, é importante em somente um dos aspectos da criação de uma ordem social pluralista, a dispersão do acesso a sanções econômicas. Ele não tem como objetivo a dispersão dos meios violentos de coerção: claramente, não é seu papel despolitizar as forças armadas ou providenciar a oposição com recursos bélicos.

As duas hipóteses acima são interrelacionadas: a expansão generalizada do conjunto de capacidades dos indivíduos com relação aos funcionamentos de educação e comunicação auxilia na construção de uma ordem social pluralista. Atuando no sentido de dispersar o controle sobre os processos educacionais, meios de comunicação e de socialização política. Mitigando, pois, a capacidade do governo em usar as sanções socioeconômicas para suprimir a oposição. Consequentemente,

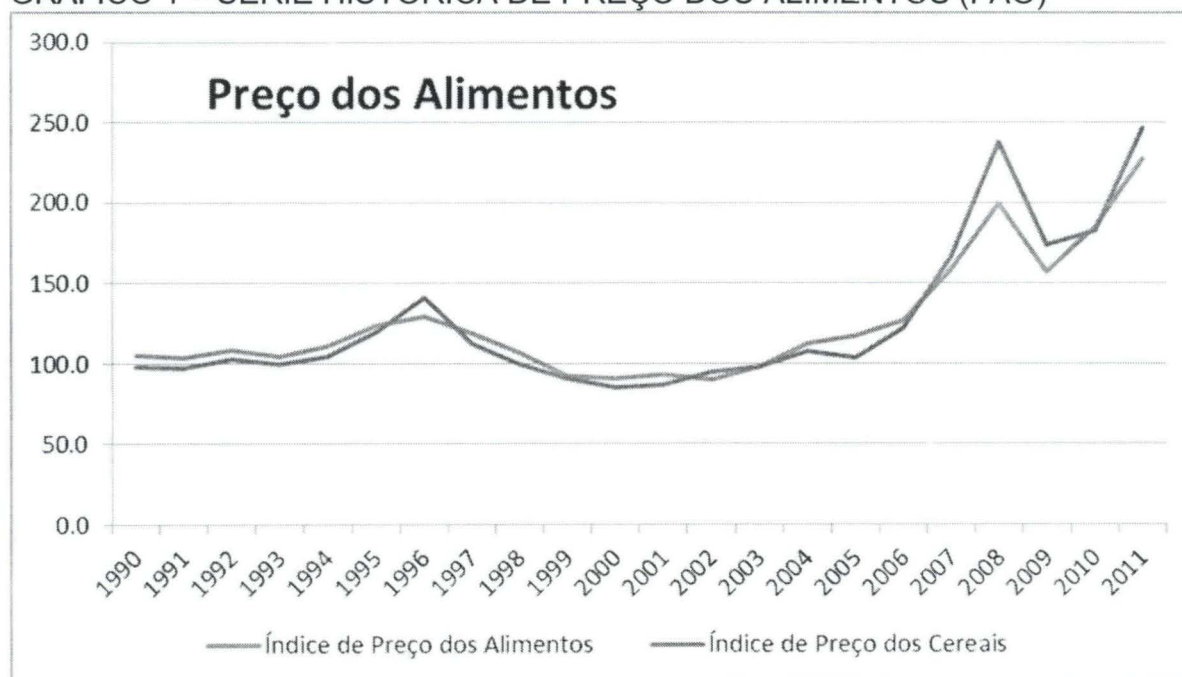
por fim, contribuindo para a criação de um sistema de segurança mútua entre governo e oposição e, portanto, aumentando as chances do surgimento de uma poliarquia.

Estabelecida a maneira pela qual o desenvolvimento como liberdade favorece o surgimento de um regime poliarquico, resta agora, afim de se testar a hipótese central do presente artigo, analisar a democratização do sistema político tunisiano ocorrida em 2011, a luz do histórico de desenvolvimento no período entre 1970 e 2011.

#### 4 A REVOLUÇÃO DE JASMIN: DEMOCRATIZAÇÃO TUNISIANA

O ato que desencadeou a onda de protestos responsável pela queda do regime de Zine El Abidine Ben Ali foi a autoimolação, em dezembro de 2010, de Muhammad Bouazizi, vendedor de frutas e vegetais, em protesto contra a repressão policial que fechara sua quitanda por operar sem licença governamental (ANGRIST,2011).A natureza dramática da atitude de Bouazizi, um jovem de 26 anos com ensino superior, demonstra o principal problema econômico da sociedade tunisiana: a falta de perspectivas de emprego para a juventude – para ilustrar, em 2011 o desemprego na força de trabalho jovem chegou a 30% (FMI, World Economic Outlook Database). Outro grande problema é a insegurança alimentar: a partir de 2005 até a eclosão da revolução em 2011 o índice de preço dos alimentos da FAO aumentou de maneira expressiva, de 117,3 para 227,6 com uma acentuada queda entre 2008 e 2009 devido à crise financeira internacional

GRÁFICO 1 – SÉRIE HISTÓRICA DE PREÇO DOS ALIMENTOS (FAO)



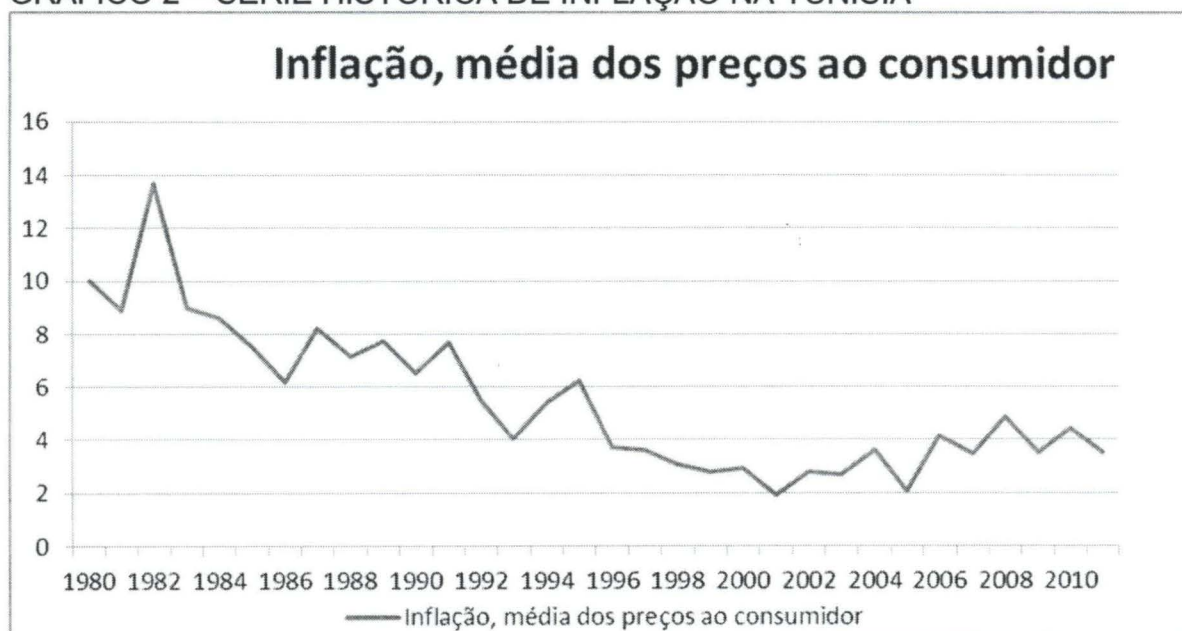
Fonte: FAO, FAOSTAT, 2012.

Essa conjuntura parece atestar contra a hipótese do presente artigo; de fato, parece sugerir o contrário, ou seja, as dificuldades econômicas enfrentadas pelos tunisianos – “o desemprego, a inflação e o alto custo de vida” – foram a causa para

as demandas por democratização: o subdesenvolvimento e não o desenvolvimento favoreceu o surgimento da poliarquia tunisiana.

Há, no entanto, dois fatores que reduzem a força da narrativa das agruras econômicas tunisianas causando a liberalização do regime. Em primeiro lugar, como demonstram os gráficos abaixo, os problemas econômicos da sociedade tunisiana, com exceção dos preços dos alimentos, não se encontravam particularmente agudos quando a revolução eclodiu. A inflação em 2011 foi de 4,44%, um ponto percentual abaixo da média das últimas três décadas de 5,48% e expressivamente abaixo das experiências inflacionárias de outras nações

GRÁFICO 2 – SÉRIE HISTÓRICA DE INFLAÇÃO NA TUNÍSIA



Fonte: Fundo Monetário Internacional, *World Economic Outlook Database*

O desemprego, por sua vez, embora substancial também não estava, pelos padrões tunisianos, excessivamente alto. Em 2010, a taxa de desemprego da força de trabalho tunisiana era de 13%, 1,89 pontos percentuais abaixo da média histórica do período 1990-2010 de 14,89%. De fato, percebe-se no gráfico três, que a partir de 2004 o desemprego entra numa trajetória de queda. Já o desemprego dos jovens era de 30%, substancialmente alto, mas dentro da média histórica das últimas décadas.

GRÁFICO 3 – SÉRIE HISTÓRICA DA TAXA DE DESEMPREGO NA TUNÍSIA



Fonte:

Fundo Monetário Internacional, *World Economic Outlook Database*

Em segundo lugar, ao se analisar o contexto histórico tunisiano, especialmente de que maneira se desenrolou o processo de deposição de Ben-Ali, percebe-se que o principal anseio da população era a mudança política. Nas palavras de Michelle Angrist:

*(...) as dificuldades materiais não foram a força principal na retirada de Ben-Ali do poder. Afinal, protestos por motivações econômicas estouraram na Tunísia no início dos anos 80 mas não derrubaram o governo do então presidente Habib Bourguiba. E as promessas de Ben Ali, no meio dos mais recentes protestos, de aumentar o emprego e reduzir o custo dos bens básicos não conseguiram frear o momento dos protestos.(...) Num nível mais fundamental, os tunisianos protestaram contra a ditadura<sup>10</sup>. (ANGRIST,2011,p.75)*

O autor do presente trabalho não acredita que seja possível explicar porque os tunisianos resolveram rebelar-se contra a ditadura especificamente em 2011, ao

<sup>10</sup> De fato, em seu último discurso, Ben Ali promete a redução do preço dos artigos alimentícios, mas a ênfase é muito maior nas promessas relacionadas a liberalização política do país. (ANGRIST,2011)

invés de 2008 ou qualquer outro ano. O que se pretende é demonstrar que: uma vez decididos pela revolta, por qualquer motivo que seja<sup>11</sup>, os tunisianos foram auxiliados, na sua luta por um regime poliarquico, pelo processo de desenvolvimento das últimas décadas, porque este último reduziu a capacidade do regime de Ben-Ali em suprimir a oposição. Para este fim, então, será analisado o conjunto das séries históricas das variáveis que compõem o histórico de desenvolvimento tunisiano, a luz das hipóteses lançadas na seção anterior.

#### 4.1 HISTÓRICO DE DESENVOLVIMENTO

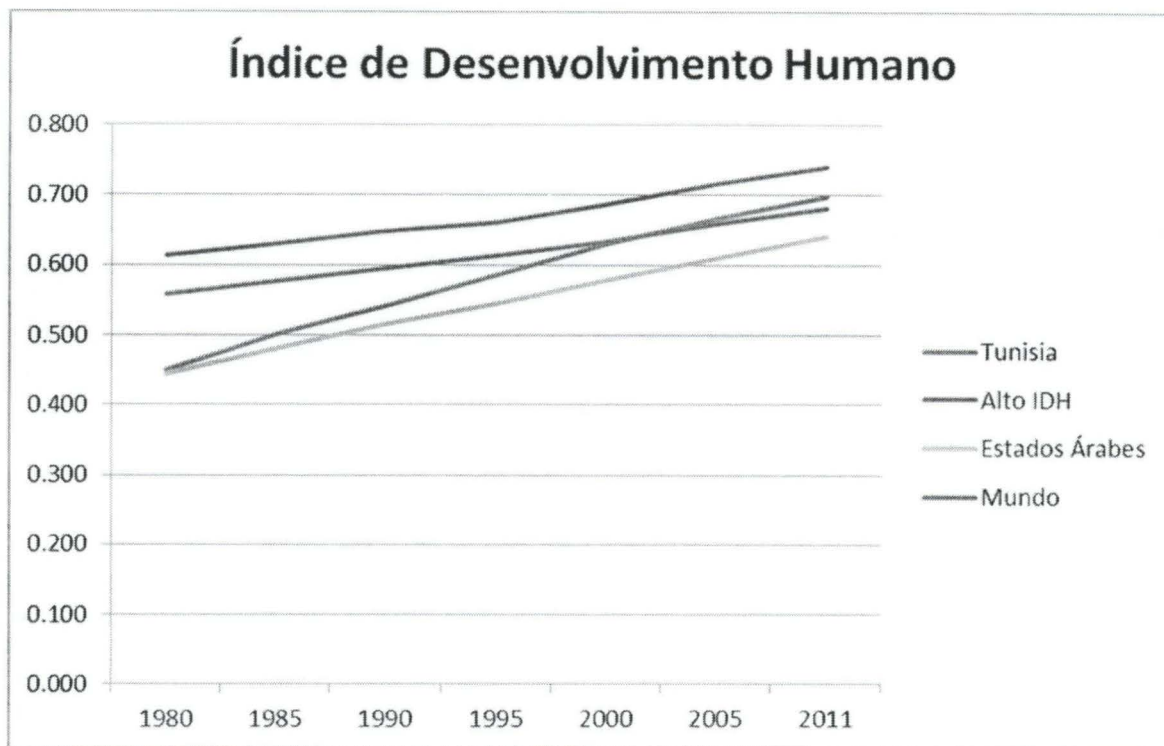
O estudo do desenvolvimento tunisiano está estruturado da seguinte maneira: em primeiro lugar, na subseção 4.1.1, será demonstrado um panorama geral do nível de bem estar da população através do IDH; em segundo lugar, - nas subseções 4.1.2, 4.1.3, 4.1.4 e 4.1.5 - serão analisadas as variáveis relacionadas aos funcionamentos de saúde, educação, comunicação e segurança alimentar; por fim, na subseção 4.2, será demonstrado de que maneira a evolução dessas variáveis contribuiu para a criação de uma ordem social pluralista.

##### 4.1.1 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

A primeira variável a ser analisada será o Índice de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas – composto por indicadores de saúde, educação e renda. É uma variável que pretende demonstrar o panorama geral do bem estar dos indivíduos. A análise do gráfico 5 mostra que a Tunísia, nas últimas três décadas, passou de uma situação de baixo desenvolvimento humano (0.450) para uma de alto (0.698). Superando a média mundial e se aproximando da média dos países mais desenvolvidos.

#### GRÁFICO 4 – IDH POR GRUPO DE PAÍSES

---



Fonte: Relatório de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas, 2011

O desempenho tunisiano é igualmente expressivo ao se analisar o IDH sem contar a informação de renda. Nesse quesito, a Tunísia foi o sexto país em taxas de crescimento dos índices de saúde e educação<sup>12</sup>.

Tabela 1 – TOP MOVERS EM IDH, IDH sem renda e PIB, 1970-2010

Posição	Melhorias em		
	IDH	IDH sem renda	Renda
1	Omã	Omã	China
2	China	Nepal	Botsuana
3	Nepal	Arábia Saudita	Coreia do Sul

<sup>12</sup> A tabela 1 é mais um exemplo das limitações de se analisar o desenvolvimento de um país exclusivamente pelo produto interno bruto. A Tunísia não está entre as primeiras em crescimento de PIB nas últimas décadas, no entanto, com relação as variáveis de saúde e educação, e como veremos a frente em muitas outras, o país apresenta avanços substanciais que causaram um salto no seu patamar de desenvolvimento. A visão estreita de desenvolvimento como expansão da renda não consegue capturar a extensão da melhora na qualidade de vida experimentada pela população tunisiana nas últimas décadas.

4	Indonésia	Líbia	Hong Kong
5	Arábia Saudita	Argélia	Malásia
6	Laos	<b>Tunisia</b>	Indonésia
7	<b>Tunisia</b>	Iran	Malta
8	Coreia do Sul	Etiópia	Vietnam
9	Argélia	Coreia do Sul	Mauritânia
10	Marrocos	Indonésia	Índia

Fonte: Relatório de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas, 2011

O ranking do IDH demonstra um panorama apenas geral das informações a respeito de saúde e educação. Faz-se necessária, portanto, uma análise mais detalhada dos índices que compõem as dimensões de saúde e educação do IDH, especialmente no contexto das hipóteses lançadas na seção anterior.

#### 4.1.2 SAÚDE

Em primeiro lugar, nas últimas décadas, o histórico de desenvolvimento tunisiano é particularmente expressivo com relação aos funcionamentos ligados a saúde. Como demonstra o gráfico abaixo, a expectativa de vida ao nascimento, por exemplo, saltou de 48,3 anos em 1960 para 74,6 em 2010, aproximando-se da média da OCDE de 78 anos e superando a média brasileira, uma poliarquia bem consolidada, de 73,1.

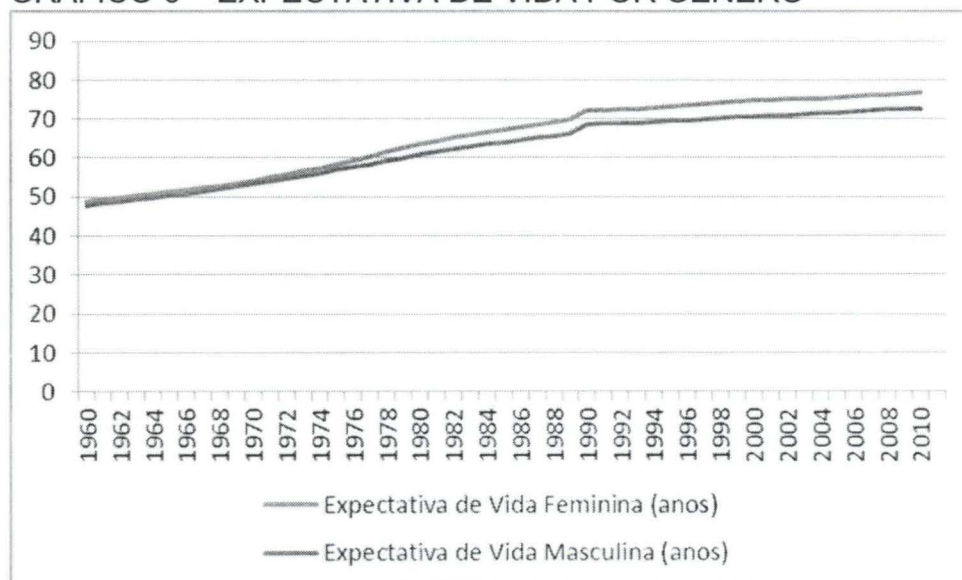
#### GRÁFICO 5 – EXPECTATIVA DE VIDA



Fonte: Banco Mundial, *World Bank Database*

Além disso, no quesito expectativa de vida, como em muitos outros, a Tunísia reduziu drasticamente a discriminação entre homens e mulheres: a análise do gráfico mostra que em 1960, homens e mulheres tunisianos tinham aproximadamente a mesma expectativa de vida, 48 anos; ao passo que, em 2010, as mulheres tunisianas tinham, em média, 4 anos a mais do que os homens, 76,5 e 72,5 respectivamente<sup>13</sup>.

GRÁFICO 6 – EXPECTATIVA DE VIDA POR GÊNERO

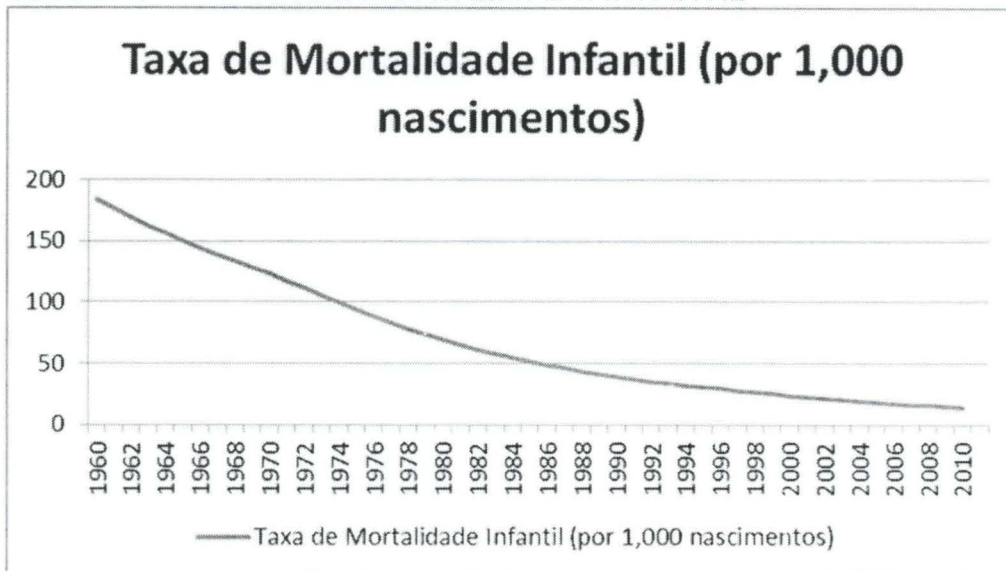


<sup>13</sup> As estatísticas mundiais demonstram que, por diversos motivos, é natural a mulher viver mais do que o homem. Portanto, os dados tunisianos demonstram uma evolução em direção a normalidade, não em direção a um favorecimento as mulheres. (SEN, 1999)

Fonte: Banco Mundial, *World Bank Database*

Já a taxa de mortalidade infantil, como mostra o gráfico oito, diminuiu exponencialmente de 183,7 por 1000 nascimentos em 1960 para apenas 13,8 em 2010. Novamente se aproximando da média dos países desenvolvidos de 3,5 e superando a média brasileira de 17,3.

GRÁFICO 7 – TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL



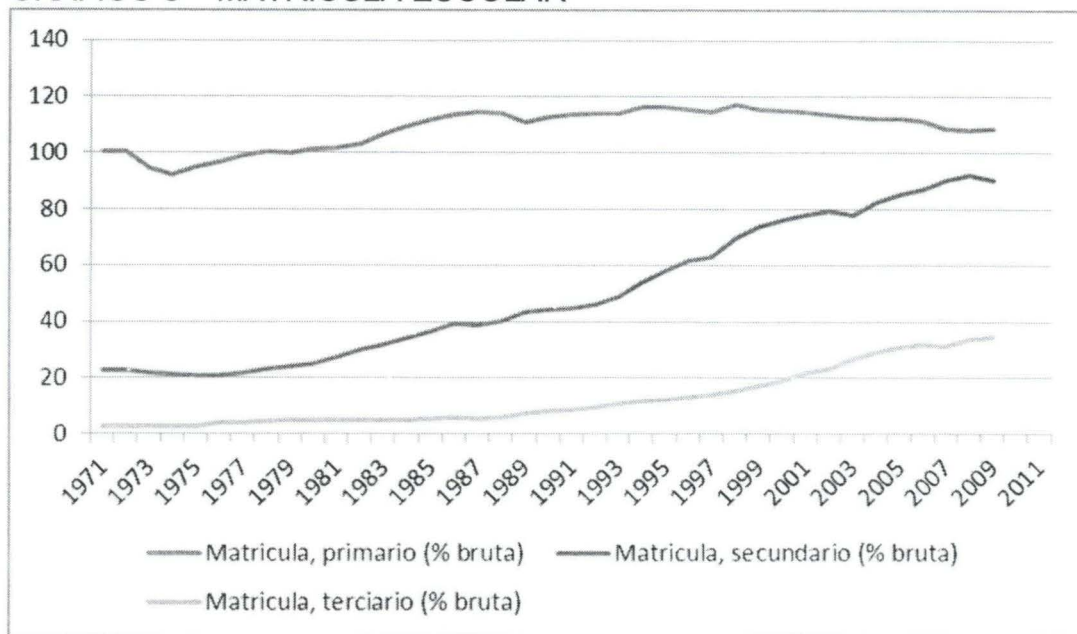
Fonte: Banco Mundial, *World Bank Database*

#### 4.1.3 EDUCAÇÃO

Em segundo lugar, os índices relacionados a educação também apresentaram melhoras substanciais nas últimas décadas. A porcentagem de adultos alfabetizados, por exemplo, passou de 48,19% em 1984, menos da metade da população, para 77,56% em 2008. Já entre a população jovem, passou de 74,28% em 1984 para 96,79% em 2008. De novo, o progresso com relação ao empowerment feminino é expressivo: a proporção de jovens mulheres alfabetizadas com relação aos homens passou de 72,91% para 97,6% em 2008, praticamente erradicando a distinção entre gêneros nesse quesito. Outra estatística importante é a porcentagem da população matriculada nos diferentes níveis de educação: primária,

secundária e terciária<sup>14</sup>. A análise do gráfico abaixo demonstra que, nos últimos quarenta anos, o acesso a educação secundária, antes disponível a apenas um quinto da população elegível, tornou-se gradativamente mais acessível até se tornar generalizado. E a educação superior, que na década de 70 era um privilégio de uma pequena elite, tornou-se disponível a mais de um terço da população elegível em 2010.

GRÁFICO 8 – MATRÍCULA ESCOLAR

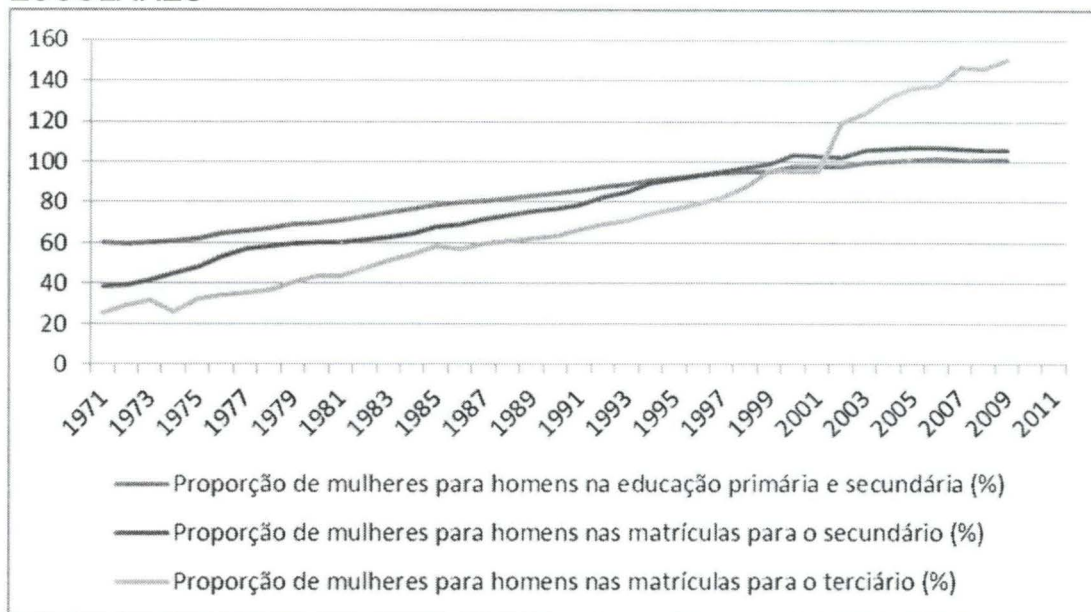


Fonte: Banco Mundial, *World Bank Database*

Assim como nas taxas de alfabetização, as melhorias no acesso aos diferentes níveis de educação não ficaram restritas ao gênero masculino. De fato, em 2010, como mostra o gráfico dez, todos os níveis de educação tinham uma proporção maior de mulheres matriculadas do que de homens, enquanto em 1971 a proporção era de 25% no terciário e 40% no secundário.

<sup>14</sup> Para a educação primária, a taxa de matrícula bruta significa o total de matrículas, independente de idade, expressas como uma porcentagem da população na faixa de idade oficial de educação primária. O índice para educação secundária segue a mesma lógica. Já para a terciária, a taxa de matrícula bruta significa o total de matrículas, sem levar em conta a idade, expressas como uma porcentagem da população que deixou a educação secundária nos últimos cinco anos.

GRÁFICO 9 – PROPORÇÃO ENTRE HOMENS E MULHERES NAS MATRÍCULAS ESCOLARES



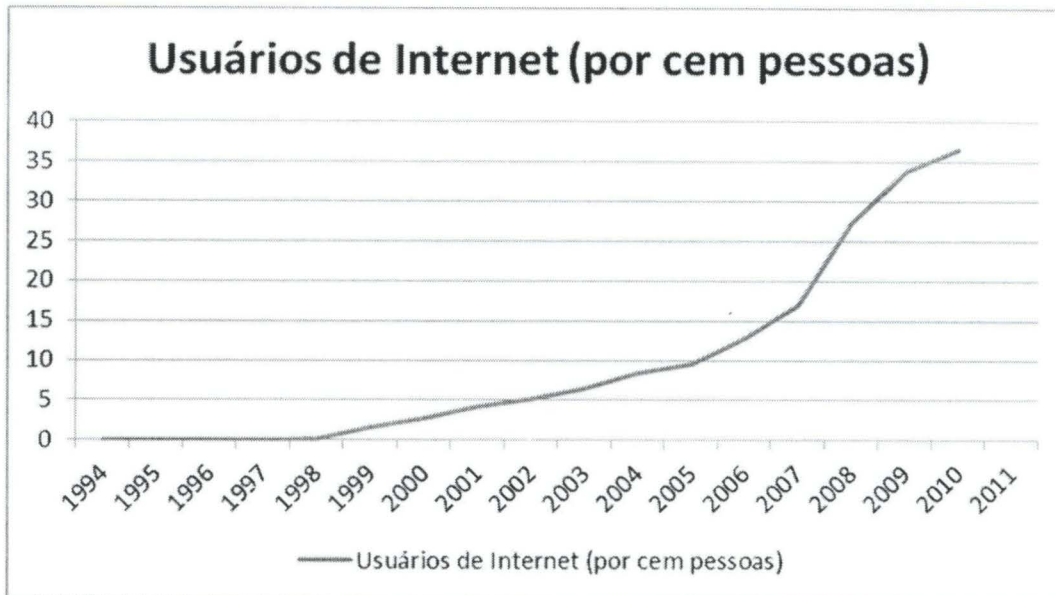
Fonte: Banco Mundial, *World Bank Database*

#### 4.1.4 COMUNICAÇÃO

As formas tradicionais de comunicação são o rádio, a televisão e o jornal. Seria natural, portanto, avaliar como evoluíram os funcionamentos ligados à comunicação através dessas variáveis. No entanto, a hegemonia fechada de Ben-Ali, como é característico desse tipo de regime, controlava, através de seu aparato de segurança, o conteúdo das informações dos veículos tradicionais de imprensa. Assim, seria impreciso inferir das estatísticas sobre os meios de comunicação tradicionais, algum indicativo de melhora ou piora no acesso a informação. Faz-se necessário, portanto, um conjunto de dados distinto.

O desenrolar da democratização tunisiana indica uma estatística provável. Um dos fatores mais peculiares da primavera árabe foi o uso extensivo das mídias sociais – facebook, twitter e blogs – como ferramentas para a mobilização e articulação de protestos. Esse fato não seria possível sem a revolução nas comunicações propiciada pelo advento da internet. Desse modo, cumpre destacar de que maneira evoluiu o acesso à internet na sociedade tunisiana: de 1999 a 2010, como demonstra o gráfico 11, o número de usuários passou de 1% da população para 35%, um crescimento exponencial.

#### GRÁFICO 10 – ACESSO A INTERNET



Fonte: Banco Mundial, *World Bank Database*

O aumento considerável no acesso a internet significa que mais de um terço da população passou a ter a possibilidade de adquirir e compartilhar informações antes censuradas pelo governo, especialmente através de transmissões de emissoras de TV internacionais sediadas em servidores offshore. O caso mais ilustrativo é da rede árabe Al Jazeera, que desempenhou papel importante na Revolução de Jasmin através de uma cobertura quase ininterrupta dos acontecimentos nas ruas tunisianas, servindo como um contraponto a propaganda oficial do regime de Ben-Ali, que pretendia diminuir os insurgentes.

#### 4.2 HISTÓRICO DE DESENVOLVIMENTO E ORDEM SOCIAL PLURALISTA

A primeira e a segunda hipótese do presente artigo estabeleceram algumas condições para que o desenvolvimento como liberdade favoreça a criação de um regime poliarquico. A primeira diz que um histórico de desenvolvimento engendra uma ordem socioeconômica favorável a poliarquia, se expandir o conjunto de capacidades dos indivíduos com relação aos funcionamentos de educação, comunicação, saúde e prevenção de fome. As subseções anteriores – 4.1, 4.2, 4.3 e 4.4 – demonstraram que ,nas últimas décadas, os conjuntos de capacidades dos tunisianos, com relação a esses funcionamentos, foram de fato expandidos: a mortalidade infantil e a expectativa de vida – duas variáveis

relacionadas a saúde – partiram de patamares típicos de países ditos “subdesenvolvidos” para patamares semelhantes as médias da OCDE. Uma das condições para que o desenvolvimento favoreça a poliarquia, portanto, foi cumprida pela experiência tunisiana antes da revolução de jasmin.

Já a segunda hipótese diz que um histórico de desenvolvimento favorece o surgimento de uma poliarquia, se contribuir para a criação de uma ordem social pluralista, nos termos estabelecidos por Dahl. Ou seja, uma em que os meios de coerção não-violentos – na forma de sanções socioeconômicas (processos educacionais, controles sobre meios de comunicações e socialização política) – não sejam monopolizados por uma pequena elite. As últimas seções também demonstraram que o acesso a educação – primária, secundária e terciária - e a comunicação – principalmente através da internet – se tornaram generalizados - numa cultura muçulmana, é de especial destaque a participação feminina nesse processo.

O histórico de desenvolvimento tunisiano, portanto, demonstra relativa aderência as hipóteses lançadas por este artigo. Na Tunísia, as condições para que o desenvolvimento como liberdade favoreça a poliarquia foram cumpridas. Assim, caso se aceite o modelo de democracia proposto por Dahl, este artigo tentou demonstrar que sem o desenvolvimento vivenciado nas últimas décadas o desfecho da revolução de jasmin poderia ser muito diferente. Os custos de suprimir a oposição seriam muito mais baixos, tornando o regime de Ben-Ali muito mais resiliente.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde sua formação em 1956 até 2011, o estado tunisiano, assim como o mundo árabe em geral, se organizou politicamente como uma hegemonia fechada, na tipologia estabelecida por R. Dahl. Paralelamente, durante esse período, ocorreram diversas transições democráticas em diversas regiões do mundo – as chamadas ondas de democratização (HUNTINGTON, 1991). A única região que não experimentou nenhuma transição democrática no período foi o mundo árabe. Por isso, existe, entre uma parcela considerável da intelectualidade ocidental, um marcado ceticismo com relação às perspectivas da democracia no oriente médio, nos países árabes, em especial. Decorrente da noção de que as peculiaridades das culturas tradicionais árabes são inimigas a democracia, nas palavras do historiador inglês Elie Kedourie:

“não há nada nas tradições políticas do mundo árabe – que são as tradições políticas do Islã – que possa tornar familiar, ou de fato inteligíveis, as ideias organizacionais do governo representativo e constitucional” (KEDOURIE, 1992, p.5)

Ignorando discussões a respeito do que realmente significa “as tradições políticas do Islã”, a primavera árabe, por si só, parece refutar a hipótese de Kedourie. As ideias organizacionais do governo representativo e constitucional não são apenas inteligíveis para os povos árabes; muito mais que isso: elas são desejadas por eles.

No caso da Tunísia, objeto de estudo desse artigo, tentou-se demonstrar que a queda do regime de Ben-Ali, desencadeada pelo desejo por democracia dos cidadãos, foi facilitada pelo histórico de desenvolvimento das últimas décadas. Para tanto, na primeira e segunda seções foram esboçadas revisões das teorias de Amartya Sen, a respeito do desenvolvimento como liberdade, e de Robert Dahl, sobre a Poliarquia. Na terceira seção, estabeleceu-se pontos de congruência entre as duas teorias, demonstrando: i) o conceito de democracia como discussão pública de Sen; ii) que a democracia - logo, a poliarquia - faz parte do conjunto de capacidades dos indivíduos e, portanto, que a Revolução de Jasmin foi um movimento no sentido do objetivo central do exercício do desenvolvimento - a

expansão das liberdades reais dos indivíduos; iii) as hipóteses que devem ser satisfeitas para que o o desenvolvimento como liberdade favoreça a poliarquia. São elas: que o histórico de desenvolvimento expanda os funcionamentos de educação, saúde e comunicação dos indivíduos (primeira) e que contribua para a criação de uma ordem social pluralista (segunda). A quarta seção analisou o histórico de desenvolvimento tunisiano, demonstrando que ele de fato parece possuir as características que satisfazem as hipóteses acima. Assim, a principal conclusão do presente artigo é que o desenvolvimento como liberdade, no caso tunisiano, favoreceu a criação de um regime poliarquico através do aumento dos custos do governo de Ben Ali em suprimir a oposição da população insurgente.

## REFERÊNCIAS

Angrist, Michelle. "Morning in Tunisia" in "The New Arab Revolt". Council of Foreign Relations, 2011

Banco Mundial, *World Bank Database*

Buchanan, James M. "Social choice, democracy, and free markets." *The journal of political economy* 62.2 (1954): 114-123.

Clark, David A. "The Capability Approach: Its Development, Critiques and Recent Advances." (2005).

Dahl, Robert A. *Polyarchy: participation and opposition*. Vol. 54. Yale University Press, 1972.

Diamond, Larry. "Economic development and democracy reconsidered." *American Behavioral Scientist* 35.4/5 (1992): 450-99.

Easterly, William. "Life during growth." *Journal of economic growth* 4.3 (1999): 239-276.

Fundo Monetário Internacional, *World Economic Outlook Database*

FAO, FAOSTAT, 2012

Huntington, Samuel P. *The third wave: Democratization in the late twentieth century*. Vol. 4. University of Oklahoma Press, 1991

Kedourie, Elie. *Democracy and Arab political culture*. Frank Cass, 1992.

Krouse, Richard W. "Polyarchy & Participation: The Changing Democratic Theory of Robert Dahl." *Polity* (1982): 441-463.

Lipset, Seymour Martin. "Some social requisites of democracy: Economic development and political legitimacy." *The American Political Science Review* (1959): 69-105.

Przeworski, Adam. "Freedom to choose and democracy." *Economics and philosophy* 19.02 (2003): 265-279.

Relatório de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas, 2011

Robeyns, Ingrid. "The capability approach: a theoretical survey." *Journal of human development* 6.1 (2005): 93-117.

Sen, Amartya. "The concept of development." Handbook of development economics 1 (1988): 9-26.

Sen, Amartya. "Rationality and social choice." American Economic Review 85.1 (1995): 1-24.

Sen, Amartya K. "From income inequality to economic inequality." Southern Economic Journal 64.2 (1997): 384-401.

Sen, Amartya Kumar. Development as freedom. Oxford University Press, 1999.

Sen, Amartya. "Democracy and its global roots: why democratization is not the same as westernization." Moral Issues in Global Perspective: Volume I: Moral and Political Theory 1 (2006): 208.